



Outra ecONomia aCONteCe

# Boletim do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

número 1

primeira quinzena de março de 2005

## Apresentação

A secretaria executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária começa, a partir desta semana, a enviar este pequeno boletim periodicamente com novidades relacionadas à Economia Solidária no país. Esperamos assim contribuir de alguma maneira na disponibilização de informações para dentro e para fora do movimento.

Para que realmente seja um veículo de transmissão do que ocorre e do que se pensa nesta área, é fundamental que cada empreendimento, entidade, órgão público ou fórum estadual contribua com informações de suas regiões e grupos. Para isso, basta enviar uma mensagem para o endereço

[maladireta@fbes.org.br](mailto:maladireta@fbes.org.br) que nós incluiremos no número seguinte. Este mesmo endereço serve para recebermos críticas e sugestões de alterações: já que o trabalho está começando, qualquer idéia ou crítica será muito bem-vinda!

É possível incorporar-se à mala-direta ou desligar-se da mesma escrevendo para [maladireta@fbes.org.br](mailto:maladireta@fbes.org.br) e fazendo o pedido. Sinta-se à vontade para repassar o boletim, e indicar a conhecidas/os a maneira de se cadastrar na mala-direta.

Boa leitura!

## Notícias

### ► Governo lança campanha de acesso ao crédito para trabalhadoras rurais

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lançou hoje (08.03) a campanha Crédito para a Igualdade das Mulheres Rurais. A campanha, iniciada no assentamento Milagre, em Apodi (a 353 km de Natal - RN), faz parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher. A intenção do governo é divulgar os programas já existentes de acesso ao crédito para o público feminino, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A programação em homenagem ao Dia Internacional da Mulher se estenderá até o final de mês março, com entrega de prêmios, publicações e realização de seminários e encontros organizados em parceria com órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, além da sociedade civil. Em destaque, o lançamento do estudo Trajetória da Mulher na Educação Brasileira, que demonstra que as mulheres têm presença cada vez maior em todos os níveis de ensino no Brasil. Outra iniciativa foi a estréia de um programa semanal de rádio voltado para as mulheres. É produzido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em parceria com a Rádio MEC, e retransmitido a outras emissoras pelo sistema Radiobrás.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com o apoio de movimentos de mulheres, entidades sindicais e agentes financeiros vão realizar uma mobilização para incentivar as trabalhadoras rurais a acessarem o Pronaf - Mulher, criado desde 2003, intensificar a emissão de documentos para essa

população e aumentar a capacitação dos agentes financeiros que possibilitam o crédito.

O crédito garante às mulheres a possibilidade de realizar investimentos, estabelecer sociedade e ter sua atividade econômica reconhecida. A linha especial para a mulher do Pronaf tem a finalidade de gerar uma segunda renda na família pra investimento na propriedade familiar. O crédito é concedido independentemente de o marido ou companheiro ter tido acesso aos financiamentos tradicionais de custeio ou do próprio programa. O dinheiro pode ser usado na compra de equipamentos, na montagem de agroindústrias caseiras e atividades artesanais.

Na safra 2003-2004 foram firmados 227 mil contratos por mulheres, 129,8 mil a mais que os assinados na safra anterior. A previsão de investimento para essa modalidade de crédito é de R\$ 1,2 bilhão para a safra 2004-2005, o que significa mais que o dobro dos recursos aplicados no período anterior (2003-2004), que foi de R\$ 568 milhões. O Pronaf-Mulher é voltado para agricultoras familiares, assentadas, arrendatárias, parceiras, meeiras, pescadoras artesanais, extrativistas e quebradeiras de coco que possuam renda anual bruta entre R\$ 2 mil e R\$ 60 mil. Os recursos podem ser pagos em até oito anos a juros que variam de 4% a 7,25% ao ano, conforme o grupo de renda a que pertençam.

### Documentação

A maior parte das restrições (cerca de 60%) para se ter acesso ao crédito é a ausência de registro civil e

do documento de CPF. E a mulher responde por dois terços dos trabalhadores do campo que não dispõem de documentos. Por isso, o governo criou o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural. O MDA juntamente com outros órgãos governamentais e não governamentais emitem documentos civis e trabalhistas em 23 estados do país. Em 2004, foram expedidos 62.482 documentos e em 2005 a previsão é ampliar esse número para 70 mil. A intenção do governo é também diversificar o público atendido pelo programa que até o momento priorizou os projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Este ano, serão incluídas áreas quilombolas e áreas indígenas, onde estão sendo feitos novos assentamentos de população não índia.

## Plano

Um dos grandes avanços no que diz respeito à formulação de políticas públicas para as mulheres foi a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em dezembro do ano passado pela SPM. O plano prevê a execução de 198 ações por diversos órgãos do governo federal, em parceria com os executivos estaduais e municipais, sob a coordenação da Secretaria. O documento está estruturado em torno de cinco áreas estratégicas de atuação: autonomia, igualdade do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres; gestão e monitoramento.

O documento busca priorizar ações já previstas ou em execução por cada área de governo. Um

## ▶ Perfil dos Conselhos Jovens de Meio Ambiente

O resultado da pesquisa "Perfil dos Conselhos Jovens de Meio Ambiente" já está disponível no site <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/sibea/index.cfm> na barra de rolagem à esquerda do vídeo entrar em

exemplo é a estipulação da meta de até 2006 reduzir em 15% a taxa de analfabetismo entre as mulheres, principalmente entre as com 45 anos até 2007. Outra ação é criar serviços especializados de atendimento as mulheres em situação de violência e conceder crédito a 400 mil trabalhadoras rurais até 2006.

De acordo com a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, o plano significa "o reconhecimento do papel do Estado como promotor e articulador de ações que garantam políticas públicas que alterem as desigualdades sociais existentes e, conseqüentemente, o mundo a nossa volta".

## Educação

Pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) revelou que as mulheres são maioria nos ensinos médio e superior no Brasil. O estudo Trajetória da Mulher na Educação Brasileira demonstra que, no período de 1996 a 2003, a população feminina representou 54% das matrículas do ensino médio contra 46% dos homens. A pesquisa também mostra que a presença feminina no quadro de professores das universidades aumentou em 102,2% no período analisado, enquanto que a dos homens cresceu 67,9%. Para a ministra Nilcéa Freire, o levantamento serve como ponto de partida para a realização de mudanças. "O estudo é o início de uma pesquisa para trabalharmos os dados do Inep, desde a educação infantil até o doutorado, de maneira a intervir na educação, no seu conteúdo e para que a escolaridade obtida pelas mulheres possa rebater em outras dimensões de sua vida".

## ▶ Instituto Telemar abre inscrições para projetos sociais em 2005

O Instituto Telemar abre hoje, quarta-feira, dia 16, inscrições para o "Novos Brasis", programa de apoio e parceria para projetos sociais em 2005. As

"Resultados da Pesquisa para Integrantes do Conselho Jovem". Pode ser interessante para ajudar nas reflexões sobre o Conselho Nacional de Economia Solidária.

inscrições devem ser feitas até 16 de março pelo site [www.institutotelemar.org.br](http://www.institutotelemar.org.br).

## ▶ Bancos Comunitários têm braço longo o suficiente para chegar aos mais pobres

Fonte: Núcleo de pesquisas da Radiobrás: [www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br)

Para Joaquim Melo, membro da equipe de gestão do Banco Palmas do Ceará, somente os bancos comunitários possuem agilidade necessária e braço longo o suficiente para chegar aos mais pobres pois, só eles, têm a liberdade de agir sem burocracia, com taxas de juro e análises cadastrais suportáveis. São eles que têm coragem suficiente para correr riscos de investir nos pobres e a ousadia para construir redes de economia solidária operando com moedas alternativas e mecanismos de solidariedade que desafiam a competição capitalista.

Fundado em 1998, o Banco Palmas já emprestou 663 mil reais em 1560 operações de micro-crédito beneficiando 1400 famílias do Conjunto Palmeira, um bairro popular com 30 mil habitantes localizado na

periferia sul de Fortaleza-CE, caracterizado por um elevado índice de pobreza.

Para falar da diferença entre um banco comunitário e uma instituição bancária convencional, Joaquim conta a história de Maria Darcília que em janeiro de 2003 procurou o Banco Palmas desempregada e em uma situação de desespero. Viúva, mãe de quatro filhos, dentre estes três menores, com dívidas no mercado e com o nome no SPC. Encontrava diariamente dificuldades para conseguir alimentação para sua família. Não tinha renda e morava em um barraco no Conjunto Palmeira. O Banco Palmas cedeu uma máquina de costura para Darcília trabalhar e permitiu que ela ficasse produzindo no galpão da Palmafashion (a grife das

costureiras do Banco Palmas). Para que ela pudesse começar a confeccionar concedeu um crédito de 400 reais para compra de tecido. Com dois meses, concedeu um segundo e no final do ano Darcilia já recebia seu quarto crédito no valor de 1.000 reais. Claro, isso só foi possível porque pagou pontualmente todos os créditos recebidos. No final de 2003 Darcilia comprou duas outras máquinas de costura e empregou mais duas pessoas para trabalhar com ela. Foram confeccionando e comercializando no bairro, mais principalmente costurando para outras empresas da região. Em março de 2004 compraram outras duas máquinas. Hoje, em janeiro de 2005, Darcilia emprega sete mulheres do bairro, tem oito máquinas e uma renda mensal de 500 reais por mês! Cada mulher que trabalha com Darcilia ganha mensalmente um salário mínimo.

Os recursos do banco provêm de doações da cooperação internacional: os principais são Oxfam (da Inglaterra), Gtz (Alemanha) e CESE (entidade ecumênica que capta recursos de igrejas cristãs na Europa) - toda a carteira do Banco está hoje em torno de 60.000 reais. Os recursos são utilizados para os empréstimos e acompanhamento as empresas financiadas pelo Banco, dentre elas estão a Palmafashion de confecções com 22 empregados, a Palmalimpe de material de limpeza com 5 empregados, a Palmacouros de bolsas e cintos com 3 empregados, a Palma Limpeza de Ambientes de serviços de limpeza com 7 empregados, a Palmart de artesanato em tecido com 6 empregados e a PalmaNatus produzindo sabonetes e remédios naturais com 3 empregados.

O banco também financia o consumo dos moradores do bairro, associados da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras -ASMOCOP, que utilizam 250 cartões de crédito PalmaCard para fazer compras no comércio local que negocia com os P\$ 10.000 (dez mil Palmas) em circulação, moeda social emitida e administrada pelo banco.

Para Joaquim Melo o grande desafio é tornar a experiência do Banco Palmas uma política pública, ou uma política de governo, para conseguir se multiplicar em escala pelo Brasil afora. O Banco Palmas

desenvolve ações para o primeiro emprego (financia e acompanha empresas com jovens - Palmalimpe, por exemplo), recupera e insere no mercado mulheres em situação de risco, promove agricultura urbana, feiras de trocas e capacitação dos "prosumidores" (produtores e consumidores). Para ele o banco desenvolve uma série de ações que deveriam ser perfeitamente políticas públicas de desenvolvimento voltado para os mais pobres. "Mas, infelizmente isso não acontece", lamenta, lembrando que "para os pobres só sobra esmola, cadeia ou manicômio, enquanto isso a comunidade tem que - sozinha - conseguir recursos no exterior para resolver problemas sociais que são da inteira responsabilidade do poder público."

Para os gestores do Instituto Banco Palmas, organização encarregada de prestar assistência a comunidades na implantação de bancos comunitários, os financiamentos públicos não conseguem atingir as pessoas em situação de extrema pobreza, mesmo os empreendimentos voltados para a lógica do desenvolvimento e da geração de renda de forma sustentável e apesar dos recentes programas de bancarização do Governo Federal, os programas dentro dos bancos oficiais e particulares que concedem crédito para os mais pobres "estão muito aquém da necessidade da maioria que têm seu nome citado no SPC, SERASA, CADIM - esses não têm fiador nem patrimônio".

O banco tem hoje 500 pessoas na fila esperando crédito "mas não temos dinheiro para emprestar porque o banco não pode fazer captação de recursos em contas de poupança" reclama o gestor do banco Palmas ponderando que a atual legislação brasileira dificulta a ação dos bancos comunitários. Uma das saídas encontradas para superar essa dificuldade é a criação da PalmaCoop - Cooperativa de Crédito Urbana, Popular e Solidária [leia matéria sobre a PalmaCoop].

Contatos com o banco podem ser feitos através dos endereços eletrônicos:

bancopalmas@uol.com.br e  
banco@bancopalmas.org.br

## ► Banco comunitário promove inclusão sem gerar dependência

Fonte: Núcleo de pesquisas da Radiobrás: [www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br)

Em Paracuru, município com 30.000 habitantes, localizado a 84 km da capital Fortaleza, no Ceará, a prefeitura municipal transformou a política pública de distribuição de cestas básicas em investimento na comunidades de Nova Esperança e Riacho Doce, através de um banco comunitário - o Banco PAR. Inaugurado em setembro de 2004, o Banco PAR é uma iniciativa da prefeitura em parceria com o Instituto Banco Palmas - o banco comunitário dos moradores do Conjunto Palmeira, favela localizada no sul da capital Fortaleza.

Segundo a Secretária Municipal de Trabalho e da Ação Social, Welna Barroso, "A idéia inspirou-se nas práticas de Economia Solidária do Banco Palmas e traz como grande diferencial entre as duas experiências, a participação do poder público enquanto ator presente

no processo de criação e consolidação do Banco Comunitário. Os recursos para implantação e desenvolvimento das ações iniciais deste Banco foram oriundos do Plano Nacional de Atenção Integral à Família - PAIF, um programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, fato que aponta para uma estratégia de política pública. Foram destinados 20 mil reais do programa para criar a carteira de micro-crédito do banco."

Segundo a Secretária antes a Prefeitura distribuía 60 (sessenta) cestas básicas para a população de baixa renda das comunidades Nova Esperança e Riacho Doce. Essas cestas eram compradas em um grande fornecedor, fora do Município, que garantia preços mais acessíveis. Além do aspecto importante da assistência, essa ação não gerava nenhuma riqueza

na comunidade. Nenhum produtor, nem os comerciantes do bairro se beneficiavam com a distribuição das cestas, pelo contrário, às vezes se enfraqueciam, pois deixavam de vender seus produtos."

Essa distribuição das cestas apenas garantia a subsistência das famílias mas não gerava trabalho e renda para a comunidade, não contribuindo para o desenvolvimento econômico local. A partir do lançamento do Banco PAR, os recursos das cestas foram repassados para o Banco Comunitário, servindo de lastro para a MOEDA PAR. As famílias que antes recebiam as cestas agora vão até o Banco PAR e conseguem 20 PARES. Com a moeda social elas podem comprar os produtos que desejarem nas pequenas bodegas do comércio local. Os comerciantes podem fazer negócios entre si com os PARES, ou trocá-los por reais no Banco Comunitário.

Todos os meses são depositados no Banco PAR R\$ 2.000,00 (dois mil reais) de lastro, correspondente ao valor das cestas que seriam distribuídas. "Isto significa que a cada mês temos dois mil reais a mais circulando internamente e que os pequenos empreendedores poderão crescer e empregar mais pessoas da comunidade" explica Welna Barroso que destaca outro aspecto importante da iniciativa ser o fato do banco comunitário disponibilizar uma linha de crédito para estimular a produção local, começando por produtos de primeira necessidade. O BancoPar apoia uma empresa de material de limpeza e uma de

produção de vassouras. À proporção que esses produtos vão surgindo, ganham exclusividade em relação à moeda PAR. Isto é, nenhum morador poderá comprar com PARES produtos de outras marcas que estejam concorrendo com os produtos locais, explica a Secretária. Para ela neste modelo, os recursos gastos com os programas distributivos são potencializados para a comunidade numa proporção de 100% a mais sobre cada recurso disponibilizado. A cada cesta básica de 20 reais que a família recebe em PARES, é certo que algum produtor ou comerciante do bairro também receberá, através da venda de seus produtos, a mesma quantia, haja vista que os PARES só poderão ser gastos no comércio local. É certo que quanto maior for o número de famílias beneficiadas na comunidade, maior será a riqueza gerada localmente. Segundo ela este modelo favorece a Segurança Alimentar das Famílias em duas instâncias: primeiro, pelo benefício direto recebido e segundo, porque este próprio benefício gerou trabalho e renda localmente. Está neste segundo aspecto a maior virtude do modelo, pois aponta para a continuidade do programa de Segurança Alimentar mesmo quando os recursos públicos não mais existirem. São as chamadas "portas de saída" que apontam para a sustentabilidade das famílias em longo prazo.

Contatos com o Banco PAR podem ser feitos através do telefone da Secretaria de Trabalho e Ação Social de Paracuru - 0(xx) 85 - 3344-8816 e com o Banco Palmas: banco@bancopalmas.org.br ou bancopalmas@uol.com.br

## ► **Lula participa de reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

*Fonte: Luiza Damé, Jornal O Globo*

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa na manhã desta quinta-feira da 11ª reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). "Perspectivas 2005: Oportunidades de Desenvolvimento" é o tema da reunião, que terá palestras dos ministros Antônio Palocci (Fazenda), Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento) e José Dirceu (Casa Civil). Na reunião serão empossados 90 representantes da sociedade civil para mais um mandato de dois anos no CDES, sendo 10 recém-

nomeados e 80 reconduzidos. Quatro novos segmentos passarão a ter representantes no conselho: índios, portadores de deficiência, esportes e economia solidária.

A ampliação da participação da sociedade no CDES é fundamental ao sucesso da elaboração da Agenda Nacional de Desenvolvimento, iniciativa em construção pelo CDES, com metas e ações para o desenvolvimento com inclusão social - afirma o ministro do CDES, Jaques Wagner.

## Reflexões

### ► **Crédito ou Desenvolvimento? Que Desenvolvimento?**

*Autor: Ademar Bertucci*

Veja ou outra as preocupações com a Economia Solidária ficam restritas às questões do crédito, do microcrédito, do financiamento dos empreendimentos. Ainda que o crédito seja fundamental, é insuficiente para pensarmos a economia solidária. E nesse sentido, eu gostaria de tentar refletir sobre o outro lado, que é o lado da cidadania, é o lado do sujeito, é o lado do protagonismo.

No caso da Cáritas Brasileira, essa preocupação está vinculada ao universo do mundo dos excluídos. A Cáritas está trabalhando há cerca de 20 anos com

fundos de apoio a pequenos projetos. Entre os pequenos projetos, também os projetos produtivos. A iniciativa de trabalhar com esses projetos tem a ver com o Nordeste. Foi num período de seca no final dos anos 70 para o início dos anos 80. Não era só a seca. Os dados sobre a concentração de renda do Brasil começavam a se tornar cada vez mais alarmantes. Ao mesmo tempo a nação era conduzida pela Ditadura Militar. Por isso mesmo, o nome dado aos pequenos projetos (Projetos Alternativos Comunitários-PACs) tem a ver com o modo de se entender há 20 anos, o

seu papel político, que de alguma forma, permanece ainda hoje. O "P" de "projeto" propunha ações organizadas com fins de mudanças, negando a ação assistencial, "filantrópica", de "doações" que mantém dependências. O "A" de "alternativo" buscava formas criativas de sobrevivência que permitissem às comunidades o exercício de sua autonomia. Autonomia tem um pouco a ver com sustentabilidade? Tem. E se restringe aos elementos econômicos? Não exclusivamente! E o "C" de "comunitário", na perspectiva da solidariedade? A Cáritas trabalha com o conceito de solidariedade. É o caminho das ações de todas as linhas da Cáritas; a solidariedade. O aspecto comunitário garantia, algumas vezes de modo até excessivamente rígido, a opção por atividades associativas, grupos produtivos, cuja solidariedade interna estivesse presente

No começo dos anos 90, a avaliação de resultados desses projetos permitiu algumas constatações que permearam o caminho da afirmação da economia popular solidária.

**Sementes.** Os pequenos projetos sempre se revelavam como sementes de possibilidades das pessoas, juntas, enfrentarem a sua situação de pobreza, de miséria e exclusão. Como semente, as avaliações sempre se mostravam muito úteis, mas absolutamente insuficientes para a solução de problemas que não fossem localizados no pequeno grupo e, assim mesmo, apenas por algum tempo, porque depois de algum tempo, aquilo também se esvaziava.

**Organização.** O resultado forte evidenciado pela avaliação dos PACs era o lado da organização. Os projetos produziam resultados muito para além da questão econômica, mas os resultados do ponto de vista da organização. Portanto, tem a ver com a questão da cidadania, do sujeito, do sujeito coletivo. É claro que essa avaliação permitiu dizer que esses pequenos projetos ou essas iniciativas de grupos de comunidades, se tornavam mais eficazes quando elas estavam articuladas a movimentos sociais.

**Movimentos Sociais.** No caso dos grupos com os quais a Cáritas trabalhava, havia uma forte presença das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs. Então esses projetos vieram ajudar a fortalecer o movimento das comunidades. Entre esses projetos destacam-se aqueles de apoio, nos anos 90, ao grande movimento nacional da luta pela Reforma Agrária, que juntou parcela da Igreja, a Pastoral da Terra e o iniciante Movimento dos Sem-Terra, que hoje ao nosso ver, representa o grupo social desse campo da exclusão social que de fato se tornou sujeito. Hoje são os movimentos dos catadores de lixo, da defesa da convivência com o semi-árido, dos quilombolas, das mulheres, etc.

**Alternativo a quê?** Também a partir daí, se percebeu que os projetos alternativos tinham sido colocados durante a ditadura, numa perspectiva de alternativa às propostas (ou falta de propostas) do governo da época. Para a Cáritas, a questão do governo e do Estado, exigiu a reflexão ligada à cidadania. Isso ocorreu num momento forte que foi o período de transição do governo Collor para o de FHC, quando emerge o movimento de cidadania, de

combate à fome, do Betinho (IBASE) e D. Mauro (CNBB). Que se retoma hoje.

**Políticas Públicas.** Naquele momento a Cáritas foi uma das entidades parceiras de grande peso no CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar). Para a Cáritas, tratava-se de entrar nessa discussão de políticas públicas. Como consequência, ela também contribuiu, em seguida, para elaboração do PROGER. A idéia do PROGER, do Ministério do Trabalho, dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador, um recurso dos trabalhadores), era de assegurar uma política voltada para o combate à exclusão social na perspectiva de atividades mais permanentes e estruturantes e menos emergenciais da primeira fase do movimento de combate à fome, que eram as cestas de alimentação. Então nesse sentido, a Cáritas teve um papel relevante em relação a essas duas iniciativas de ordem pública, na conjuntura em que isso se dava.

Tais iniciativas foram abortadas na conjuntura seguinte do governo FHC: o CONSEA se transfigurou, perdeu seu caráter de representação da sociedade civil e o PROGER tomou outros rumos e perdeu a perspectiva inicial de um projeto integrado onde a questão do crédito era apenas uma das vertentes.

**Dos PACs à Economia Popular Solidária.** Em meados dos anos 90, no Rio Grande do Sul, a Cáritas, ao compor com um conjunto de entidades o Fórum Estadual da Economia Popular Solidária, iniciou uma pesquisa junto com algumas forças sociais do estado. Entre elas, a Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), o Movimento Sem-Terra e as primeiras iniciativas de Bancos ou fundos públicos populares que começavam a acontecer na Prefeitura do Rio Grande do Sul. É dessa pesquisa do Rio Grande do Sul, que vem a contribuição da Cáritas, para evidenciar, na prática, a possibilidade de convivência do espírito solidário com o espírito empreendedor, base de estruturação da Economia Popular Solidária. Então a perspectiva de se pensar que a economia não é apenas um espaço de exploração do trabalho humano a favor de uns e contra outros, a reflexão das experiências ocorridas vai nos levar a algumas constatações que hoje são mais ou menos óbvias. Do conjunto de experiências sistematizadas, de fato apenas 6% se caracterizavam com dificuldades de trabalhar essa questão do espírito solidário junto com o empreendedorismo.

**Relações internas:** a auto-gestão. Aí vêm algumas questões ligadas às relações internas e externas das iniciativas. É possível combinar valores da cooperação com valores da competência técnica? É. Eu até diria que os "metodólogos" em algum momento do passado (não sei hoje), desenvolveram e aplicaram metodologias participativas, coletivas, de administração de empreendimentos. Tais abordagens permitiram fugir daqueles modelos de transposição de toda metodologia empresarial do grande capital para as pequenas e microempresas, sem levar em conta a sua realidade, inclusive a sua natureza que não é acumulação de capital. Então é possível a competência do ponto de vista societário, do ponto de vista da cooperação, do ponto de vista da administração colegiada ou coletiva. Isso é possível e a pesquisa mostrava isso.

**Relações externas:** o desenvolvimento sustentável. Mais do que essa possibilidade da auto-gestão de um empreendimento, o que se mostrava fundamental - e aí volta novamente a discussão -, é a relação desses pequenos empreendimentos com seu "meio ambiente". Está claro que nenhum pequeno empreendimento sobrevive por si só. E essa questão da sustentabilidade, de avaliação da eficiência econômica isolada está furada. Não dá para ser analisada sozinha. É um equívoco essa ótica de "desenvolvimento sustentável" que busca a sustentabilidade localizada num grupo. Por isso que a discussão de mais ou menos juros é irrelevante se nós pensarmos a questão de desenvolvimento de uma outra forma. Se pensar a questão de desenvolvimento só pelo ângulo economicista, ele não dá conta da nossa realidade na sociedade. Não tem sustentabilidade econômica nenhuma, em nenhuma situação do capitalismo, que não seja dado por alguma acumulação de recursos públicos. E o grande capital sabe fazer bem isso. Mas nós ficamos transferindo responsabilidades de sustentabilidade para os pequenos, para não ser "assistencialistas". Responsabilidades de coisa que não é da ordem econômica, mas da ordem de direito!

**Origem e constituição de fundos de apoio.** A Cáritas, assim como a rede de organizações que atuam com Fundos Solidários, trabalhou até recentemente com recursos que vêm da Cooperação Internacional, a maioria de origem ecumênica. Hoje, entretanto, os recursos estão vindo de um movimento que no Brasil já tem mais de 20 anos, que é a Coleta da Campanha da Fraternidade. Nesse momento, os recursos internacionais que os nossos nove (9) Regionais têm para apoiar pequenas iniciativas, somados, são menores que os recursos nacionais advindos de parcela (40%) da Coleta da Campanha da Fraternidade.. E ambos somados, não devem dar 0,01% dos recursos do BNDES, a agência nacional de desenvolvimento que opera com recursos do trabalhador.

**Juros de mercado e os Bancos de Financiamento.** A algum tempo, a própria Cooperação Internacional e, em especial, os nossos amigos alemães, um pouco animados (ou pressionados) pelo neoliberalismo europeu daquele momento, estavam nos obrigando a exigir dos grupos produtivos, além do retorno de 100% do empréstimo, taxas de juros de mercado, etc. Considerando a faixa dos excluídos com os quais a Cáritas trabalha, é de absoluta constatação óbvia que os grupos, na linha de sobrevivência, não têm condição de dar conta dessa perspectiva de mercado tal como se propõe. Nesse sentido, a Cáritas se coloca hoje não como um Banco de financiamento. A Cáritas não pretende desenvolver "carteiras de crédito". A não ser como instrumento-meio da sua ação de desenvolvimento na luta contra a exclusão. A Cáritas acha que é importante, é

fundamental que a sociedade desenvolva seus inúmeros mecanismos públicos (governamentais ou da sociedade civil) de crédito popular na perspectiva de finanças solidárias. Há iniciativas de cooperativas auto-gestionáveis de crédito que a Cáritas vem contribuindo para seu desenvolvimento.

**Projeto de Desenvolvimento e protagonismo.** A reflexão que acontece na Cáritas não é só da Cáritas, não é só no âmbito das ações sociais da Igreja, das pastorais sociais, dos movimentos sociais. Num determinado momento, nos anos 90, nas Semanas Sociais que a Igreja promoveu em todo país, foi se explicitando essa preocupação de retomarmos à idéia de um projeto nacional de desenvolvimento. Como a Cáritas se interpõe como mediadora das relações entre esse mundo dos excluídos, aparentemente desorganizado (não tanto quanto nós afirmamos) e o mundo da elaboração de projetos de desenvolvimento? Essa ponte precisa estar sendo construída permanentemente. Se pensarmos na perspectiva da radicalização da democracia, tem que ser construída com aqueles que são os mais excluídos e se não for, nós vamos construir um outro Projeto de Desenvolvimento e não aquele voltado para o respeito aos sujeitos humanos. Se não incorporar os segmentos excluídos na sua construção, não é o projeto do nosso sonho, da nossa utopia.

É possível pensar a questão de Desenvolvimento Local no sentido da defesa do meio ambiente, apenas localmente, sabendo que os grandes países há anos definiram que iriam reduzir a sua responsabilidade sobre a camada de ozônio, e não fizeram nada? É possível que nós queiramos resolver a questão da Sustentabilidade Local, sem levar em conta as decisões de ordem internacional no que diz respeito à sobrevivência humana, à vida de todo o planeta?

**Políticas Públicas: Legislação, subordinação e autonomia.** Acrescentaria uma última coisa. A Colômbia aprovou uma legislação que define o setor de Economia Solidária como um dos três grandes setores econômicos: tem o setor do grande capital, tem o setor das empresas estatais, e tem o setor da economia solidária. E isso lhe assegura direitos! Eu penso que o fortalecimento desse grande movimento que avança para rever toda uma estrutura de gestão política, da legislação ao crédito, da educação à comunicação, a favor da Economia Solidária pode ser um grande espaço de transformação. Dentro dessa perspectiva, fica mais claro entender o caráter de subordinação que as iniciativas de EPS têm, hoje, no processo de luta no contexto do capitalismo. Por isso mesmo, o avanço de um grande movimento de forças favoráveis à EPS significa sair da resistência apenas, para ocupar espaços de construção de sua autonomia enquanto sujeitos capazes de se contrapor aos projetos que negam a dignidade humana e possam apontar para outra perspectiva de desenvolvimento humano.

## ► Desenvolvimento Local e Economia Solidária - Proposta de Políticas Públicas Municipais

A forte crise econômica e social provocada pelo processo de globalização e de estagnação econômica pressiona os governos municipais a adotarem políticas

de desenvolvimento das economias locais. A economia solidária, entre outras políticas, tem se mostrado um importante mecanismo de combate ao desemprego e à

exclusão social. A Agência de Desenvolvimento Solidário, com o objetivo de gerar novas oportunidades de geração de trabalho e renda em empreendimentos econômicos solidários e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento,

considera o espaço local e as prefeituras municipais elementos fundamentais de um processo de mudança.

Para obter a íntegra do documento, escreva para: [adsmg@ads.org.br](mailto:adsmg@ads.org.br)

## Aconteceu

### ► Governo e sociedade civil constroem novo espaço de diálogo sobre a economia solidária

Fonte: Núcleo de pesquisas da Radiobrás: [www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br)

Reunidos em uma videoconferência durante três horas, na tarde de do dia 21 de fevereiro, duzentos representantes do Fórum Brasileiro da Economia Solidária de 23 estados da federação e membros do governo federal, representado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, debateram a implantação do Conselho Nacional da Economia Solidária.

O Conselho, criado em 2003 pelo Presidente da República através da Lei n. 10.683, atende a uma reivindicação dos empreendedores e entidades de fomento e assistência técnica da economia solidária e servira de canal de diálogo e de participação da sociedade civil na definição e implementação de políticas públicas para um setor da economia que, segundo estimativas da SENAES, envolve mais de 28 mil empreendimentos e emprega cerca de 30% da força de trabalho, movimentando aproximadamente 30% da riqueza nacional.

Para Valmor Schiochet, Diretor de Estudos e Divulgação da SENAES, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, "No processo de construção da democracia no Brasil nos últimos anos um conjunto de atores apareceram no espaço da política reivindicando sua visibilidade, reivindicando uma relação democrática com o estado, propondo políticas públicas. A Economia Solidária constitui um novo ator nesse cenário, entre tantos outros atores que foram se constituindo e a discussão sobre a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária é uma reivindicação deste ator para que, além de termos uma estrutura de gestão da política pública que é a tarefa da Secretaria Nacional de Economia Solidária e de outros órgãos governamentais, tenhamos um espaço de interlocução da sociedade civil com o governo. Estamos com isso ampliando a interlocução do estado com a sociedade civil a partir de um tema específico da economia solidária que envolve milhões de trabalhadores e trabalhadoras que se organizam economicamente tendo a auto-gestão, a solidariedade, a cooperação como central na sua forma de organização."

Fórum Nacional de Economia Solidária discute a implantação de Conselho Nacional de Economia Solidária

Duzentos participantes do Fórum Nacional de Economia Solidária, representando 23 estados da federação, reuniram-se ontem [21] com representantes do governo federal em uma videoconferência para apresentar críticas e sugestões à proposta de implantação do Conselho Nacional da

Economia Solidária.

O Conselho, criado em 2003 pela Lei 10.683, deve ser implantado nos próximos meses. Os participantes do evento discutiram durante três horas propostas para sua composição visando garantir a representatividade de todos os estados e regiões do Brasil. Foram debatidas ainda estratégias para elaboração das pautas que nortearão as futuras reuniões do Conselho, dentre elas para estabelecer um fundo constitucional que garanta recursos para a economia solidária. Outro aspecto abordado pelos conferencistas foi a necessidade de normatizar e organizar o funcionamento do Conselho criando câmara setoriais que desenvolvam estudos técnicos que viabilizem as políticas públicas reivindicadas pelo setor. Por último foram debatidas as competências do futuro órgão, dentre elas a de convocar uma conferência nacional da Economia Solidária, se possível, ainda no segundo semestre do corrente ano.

Segundo Ademar Bertucci, coordenador do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, entidade que representa a nível nacional os empreendimentos e entidades ligadas ao setor, "O conselho que estamos discutindo é um espaço para definição, proposição e gestão de políticas de governo - é um instrumento do estado democrático que abre possibilidades para que sua gestão possa ser feita a partir da sociedade civil. Ele se constitui em um espaço definido e normatizado pelo estado brasileiro onde teremos a oportunidade de debater propostas públicas e onde estará garantida a manifestação de diferentes segmentos ligados ao setor."

Para Valmor Schiochet, Diretor de Estudos e Divulgação da SENAES, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, "A experiência da videoconferência que realizamos hoje [ontem 21] faz parte de um instrumento de permanente diálogo do governo federal com a sociedade civil. Essa é uma das marcas do governo Lula com os setores organizados da sociedade brasileira. No nosso entendimento não só a discussão sobre a criação do Conselho, mas o processo de diálogo que estamos fazendo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, demonstra uma prática democrática de discussão e debate para a implementação das ações governamentais".

### Implantação de Conselho Nacional de Economia Solidária é urgente

Para o Professor Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária, a implantação do Conselho

Nacional da Economia Solidária deve ocorrer da maneira mais urgente possível visando articular os apoios necessários e resolver pendências históricas, como a questão do marco legal para a economia solidária. Como exemplo, Paul Singer citou as questões trabalhistas em que empresas que trabalham sob regime de autogestão, onde os trabalhadores são ao mesmo tempo empregados e patrões de seu próprio empreendimento e frequentemente são autuadas pela fiscalização como infratoras da legislação trabalhista: " Se tivéssemos nesse momento o Conselho Nacional de Economia solidária já funcionando, provavelmente teríamos um grupo de trabalho com autoridade, dentro do Ministério do Trabalho, tratando a questão, propondo ao Congresso Nacional uma legislação condizente com as nossas necessidades."

O Secretário Nacional de Economia Solidária participou ontem [21] de uma videoconferência com representantes do Fórum Nacional de Economia Solidária reunidos nas Assembléias Legislativas de 23 estados da federação. Após ouvir os participantes dos estados que apresentaram críticas e sugestões para a implantação do Conselho Nacional, Paul Singer analisou e comentou as propostas que estão em debate. Para ele a economia solidária nunca teve sua dinâmica determinada pelo governo a quem cabe apoiar as iniciativas dos empreendedores através da concepção e implementação de políticas públicas que facilitem e abram caminho para que ela se consolide como alternativa auto sustentável de geração de emprego e renda. Neste sentido, o professor citou o exemplo do Programa Nacional de Micro-crédito lançado há poucas semanas pelo governo federal, que levará crédito com juros acessíveis a micro-produtores independentes que não têm garantias a oferecer.

Destacou que o Conselho a ser implantado deverá ser um espaço para formação de alianças a favor da

economia solidária e para isso sua composição deve ser majoritariamente de empreendedores mas também deve ter representantes da sociedade civil como a Central Única dos Trabalhadores - CUT e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Salientou ainda a necessidade de ter representantes de diversos ministérios que estão diretamente relacionados com a economia solidária como o Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Meio Ambiente.

"Nós precisamos do Conselho Nacional de Economia Solidária para avançar na conquista de políticas públicas a favor da Economia Solidária. Para isso ela tem que estar fortemente representada, o governo tem que estar fortemente representado, a sociedade civil tem que estar representada para que possamos, a partir dessa composição de forças, termos mais capacidade, mais força para fazermos avançar nossas reivindicações", afirmou o professor.

A exemplo de outros conselhos da república como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA, o Conselho Nacional da Economia Solidária foi criado através de uma lei federal, a de n. 10.683, de maio de 2003, mas sua implantação depende de uma série de medidas complementares que estão sendo debatidas por representantes do setor com membros do governo federal e da sociedade civil. Para ser implantado o conselho precisa que seja definida sua composição, atribuições, competências, forma de organização e funcionamento. Isso tudo está sendo discutido em diversos encontros, seminários e oficinas. A videoconferência de ontem foi mais um passo para definir as estratégias de sua implantação. Organizada com a colaboração do Instituto Interlegis do Senado Federal, a videoconferência reuniu duzentas pessoas durante três horas na tarde de ontem.

## ► Reunião do Conselho Interlocutor do FBES

Nos dias 25 a 27 de fevereiro deste ano realizou-se a III reunião do Conselho Interlocutor do Fórum Brasileiro, junto à SENAES, em Brasília/DF. Os principais objetivos foram: apresentação do plano de ação da Secretaria Nacional de Economia Solidária; e discutir e deliberar sobre a agenda do Fórum Brasileiro de Economia Solidária para 2005. Ambos foram cumpridos, resultando numa agenda do FBES para este ano de 2005.

Vale destacar a criação de novos Grupos de Trabalho e a reestruturação de outros, além da

definição das atribuições e principais metas de cada GT. Foi decidida também a data da Dia Nacional de Economia Solidária (15 de dezembro), e encaminhada a agenda de constituição do Conselho Nacional de Economia Solidária. Para mais detalhes, basta escrever para [forum@fbes.org.br](mailto:forum@fbes.org.br) pedindo o documento-síntese dos encaminhamentos da reunião e agenda para 2005.

Para receber o documento-síntese dos encaminhamentos e agenda do FBES para 2005, escreva para: [forum@fbes.org.br](mailto:forum@fbes.org.br)

## ► II Assembléia de lutadores e lutadoras do povo

Entre os dias 3 e 6 de março, na cidade de Goiânia, reuniram-se 223 lutadores e lutadoras do povo, oriundos de vinte estados, para debater a situação brasileira, as tarefas para o período que se inicia e o futuro da Consulta Popular. Não foi um evento isolado. Desde 1995, muitos desses lutadores, entre outros, acompanham com grande preocupação os rumos da esquerda brasileira. Em dezembro de 1997, realizamos em Itaiçi uma primeira conferência, na qual nasceu a Consulta Popular, que desde então, com acertos e erros, constituiu um pólo de reflexão e de prática.

Identificamos que estava em curso na esquerda brasileira uma crise com três faces fundamentais: uma crise de valores, com a difusão cada vez mais ampla dos valores da política tradicional em substituição aos valores históricos da luta socialista; uma crise de prática, com o crescente afastamento da esquerda em relação ao povo; e uma crise de pensamento, com a perda de referenciais teóricos e estratégicos, substituídos pelo pragmatismo e o imediatismo.

Para combater essas deformações, a Consulta concentrou sua atuação, nesse período, na formulação

teórica e política de uma alternativa para o Brasil, na formação e articulação de lutadores do povo, e no apoio aos movimentos sociais. Logo compreendeu que a jornada seria longa, com muitos passos intermediários. Sua organicidade permaneceu insuficiente. Porém, o fato de ela ter-se mantido viva e ativa mostra que correspondia a uma necessidade real. Mais do que isso: sete anos passados da I Assembléia de Lutadores e Lutadoras do Povo, pouca dúvida resta de que nossas preocupações e críticas estavam corretas. Acreditamos que também estava basicamente correta a nossa interpretação da crise brasileira como uma crise de destino que terá de ter uma solução inédita em nossa história, com a construção do poder popular.

Este nosso encontro realiza-se em uma conjuntura diferente daquela de 1997 e 1999. A força hegemônica da esquerda brasileira abandonou qualquer projeto de transformação do país e o governo de Lula gerou grande frustração. É uma situação que tem disseminado perplexidades, aumentado o descrédito do povo na eficácia da ação política e provocado a dispersão de militantes. As dificuldades e riscos daí decorrentes são claros. Isso exige de todos nós um esforço redobrado de superação. Ou construímos as bases para uma ação dotada de nova qualidade, ou apenas repetiremos idéias e práticas que são insuficientes para fazer face ao imenso desafio atual.

Convidamos lutadores e lutadoras a realizar o balanço crítico dos erros cometidos e, principalmente, a construir uma organização política que, sempre atuando junto do povo, possa disseminar amplamente uma nova interpretação do Brasil e propor ao país um programa de transformações estruturais. Isso é mais do que somar reivindicações de cada movimento social. Por isso, a Consulta não substitui nem concorre com as diversas formas de coordenação e de articulação de movimentos já existentes.

Reconhecemos e valorizamos o legado deixado pelos lutadores do passado. Porém, tarefas novas demandam soluções novas, a serem construídas no caminho. A Consulta não parte de uma fórmula pronta. A organização se constrói na ação pensada. A base inicial dessa organização política, que começa a constituir-se, é formada, principalmente, pelos milhares de militantes dos movimentos sociais, que são um importante patrimônio acumulado pela esquerda brasileira e que serão incentivados a assumir como seu objeto de reflexão e de prática, de forma ainda mais plena, o Projeto Popular para o Brasil. Essa militância social será agora chamada a organizar-se

politicamente em torno da causa comum da realização da Revolução Brasileira.

Considerada em perspectiva histórica, a Revolução Brasileira amadureceu. Mas as condições políticas para realizá-la não estão dadas. Para isso, os grupos sociais que vivem no mundo do trabalho e da cultura, unidos ao povo mais pobre - ao qual nega-se hoje acesso às condições mínimas para uma vida digna -, precisarão derrotar os grupos dominantes, que usufruem a desigualdade social interna e a dependência externa. Nossa sociedade, então, poderá reorganizar-se como uma sociedade socialista.

Assumimos neste encontro de Goiânia o compromisso de dar um salto de qualidade na organização da Consulta Popular. A nova Coordenação Nacional, aqui indicada, será depositária de uma responsabilidade de direção política clara. Passaremos a ter uma vida orgânica muito mais regular, com princípios, regras e disciplina bem-definidos, no interior de uma estrutura democrática e flexível. Buscaremos melhores métodos de trabalho, a serem adaptados em cada local pelos núcleos militantes. Estabeleceremos metas.

Concentraremos nossos esforços em tarefas multiplicadoras, com destaque para a formação de novos lutadores, o aprofundamento de nossa compreensão teórica e política da crise brasileira, o desenvolvimento de múltiplas formas de comunicação e diálogo com o povo, e o fortalecimento dos movimentos sociais. Prepararemos milhares de militantes para atuarem decisivamente, junto do povo, quando este decidir tomar em mãos o seu próprio destino.

A Consulta Popular, agora em via de consolidar-se como organização política, considera-se uma parte do conjunto maior de militantes e lutadores, hoje dispersos, e adotará uma posição cooperativa com todas as demais iniciativas capazes de contribuir para a renovação da esquerda e a refundação do Brasil. Reafirmamos hoje o compromisso, expresso na carta da I Assembléia de Lutadores e Lutadoras do Povo, em Brasília em 1999: "Construiremos uma organização de novo tipo, dirigida para a luta, e cujas marcas são a unidade, a disciplina militante e a fidelidade ao povo. Uma organização que pratica os valores da solidariedade, da gratuidade, da honestidade e do trabalho coletivo. Isso é condição para que possamos enfrentar a crise, de dimensão histórica, que vive o Brasil. Uma crise cuja superação exigirá lutas e sacrifícios, que serão recompensados pela construção de uma pátria livre, justa e solidária."

Goiânia, 6 de março de 2005

## ► Ato Público em Belo Horizonte

As pessoas abaixo relacionadas, devidamente cadastradas nas entidades que apóiam e promovem a Economia Solidária, e expositoras na feira de produtos artesanais da avenida Afonso Pena, demonstraram seu espírito de solidariedade para com os demais expositores, estando presentes no ato público ocorrido na manhã do dia 06/03/2005 na Av. Afonso Pena, Belo Horizonte/MG, com intuito de garantir que se cumpra o compromisso firmado.

Na oportunidade, a Rádio Itatiaia divulgou nota, pela manhã, sobre o movimento dos artesãos. No local, foi colado faixas do Fórum da economia Popular Solidária, bem como faixa preparada pelos próprios artesãos.

Em determinado momento, fomos abordados por um representante de "artesãos licitados", que se identificou pelo pseudônimo de "ALEMÃO", e que nos solicitou, de modo agressivo, esclarecimentos sobre

exposição de produtos não artesanais, efetuado por expositores da economia solidária, que concorrem deslealmente com seus companheiros. Interpelado sobre quando, quem e onde estavam os ditos produtos, ele nos informou de que tal fato estava ocorrendo, inclusive, naquele mesmo instante. Nos prontificamos, eu (Marcos-expositor), Sr. Roberto (representante do Fórum Metrpolitano), e o Sr Gil (expositor), a acompanhá-lo para identificar e esclarecer o fato. Chegando lá, ele nos apontou o suposto "transgressor". O sr Roberto, então, conversou com o expositor indicado, e concluiu que ele não faz parte da EPS. Deixamos de pronto o assunto a cargo do Sr. Alemão, nos despedimos e retornamos para o espaço do protesto.

Na seqüência, fomos abordados pelo Fiscal, Sr. Avelar, que fez uma notificação sobre o uso das barracas e exposição de produtos no local das barracas "Germinadas". Esclarecemos a ele que não estava havendo o comércio de produtos, mas tão somente um movimento de protesto, e que os produtos ali encontrados era apenas para mostrar ao público o nosso trabalho. Ele então, anotou todas essas informações, e demais informações julgadas de interesse da PBH. No decorrer das anotações, fomos novamente procurados pelo Sr. Alemão, porém, com o propósito de nos pedir desculpas pelo erro cometido, e, inclusive, manifestando seu apoio ao nosso trabalho, desde que nosso trabalho seja realmente caracterizado como artesanato. O Sr. Fiscal então concluiu sua notificação, o qual foi assinado pelo Sr. Roberto. Sugerido por mim, o Sr. Roberto informou a ele que, em oportunidade futura, convidaria formalmente, a ele, ao Fiscal Sr. Carlos, e ao Sr. Secretário adjunto, para participarem da próxima

reunião do Fórum da economia Solidária, para que eles possam conhecer melhor nosso trabalho, uma vez que, conforme declarado pelo próprio Sr. Avelar, nem ele conhece direito o que é a Economia Solidária.

Concluído o trabalho de fiscalização, fomos abordados por outro funcionário da PBH, que nos "intimou" a retirar todos os produtos do balcão imediatamente, pois os fiscais iriam retirá-los e apreendê-los. Informei a ele que todos seriam retirados, mas que permaneceríamos no local, portando os produtos nas próprias mãos.

Após essa orientação, todos os representantes da PBH se afastaram para o passeio, momento em que a reportagem da rede Globo compareceu para "cobrir" a manifestação. O sr. Elton foi o entrevistado, e informou sobre nossos objetivos.

Concluída a entrevista, combinamos novo movimento para o próximo domingo a partir das 07:00H, que contará com a presença da rede Globo, que irá novamente comparecer ao local.

Antes de recolhermos todo o material, e nos dispersarmos, ainda manifestamos, unânimemente, nosso repúdio aos expositores que não estiveram presentes, principalmente aqueles que sabiam previamente do movimento e não nos apoiaram, pois é certo que, estando garantido o compromisso do sr Secretário adjunto, todos irão se beneficiar, e por isso mesmo, deveria ser compromisso ético o comparecimento de todos.

Este relatório será encaminhado ao Fórum Mineiro, para divulgação na rede, para que todos tomem conhecimento.

06 de Março de 2005

## ► Encontro sobre Centro Público de Economia Solidária em BH

Dia 9 de março em Belo Horizonte/MG, com objetivo de clarificar, dimensionar e otimizar o espaço.

## ► "Bate Papo sobre Economia Solidária" e "Atividades práticas de Economia Solidária no Festival de Boas-Vindas 2005 na FEA-USP"

Dias 10 e 11 de março na FEA-USP

Feira de Trocas; Produtos Solidários; Transporte Solidário na USP; Publicações; Oficinas, depoimentos e debates sobre: Finança Solidárias, Consumo Solidário, Clubes de Trocas, Cooperativismo, Incubação, Autogestão.

*Realização:* Associação Universitária de Apoio à Educação de Jovens e Adultos (ALFA-JÁ: [www.alfausp.org.br](http://www.alfausp.org.br)) e Incubadora Tecnológica de Cooperativas da USP (ITCP-USP)

## Agenda

### ► Planejamento da I Marcha pela democratização da mídia na Baixada Santista

O Centro de Imprensa Alternativa, projeto da ong Barracão para Mamulengo e do DA Facos, convoca todos os representantes de entidades e movimentos sociais da Baixada Santista a participarem de reunião de planejamento da I Marcha Pela Democratização da Mídia na Baixada Santista, a ser realizada no dia 12 de março, sábado, às 14 horas, na sede do DA Facos, que fica na Rua Piauí, 14, Pompéia, Santos. A Manifestação faz parte da programação de aniversário do CIA e está prevista para ser realizada no dia 1º de abril, sexta-feira, Dia da Mentira. Contamos com a presença de todos para unirmos nossas bandeiras pela luta desse direito básico que é a Comunicação.

Fonte: Carlos Gustavo Yoda (Centro de Imprensa Alternativa, [yoda\\_sv@uol.com.br](mailto:yoda_sv@uol.com.br))

## ▶ **Avaliação do Fórum Social Mundial 2005 e Reunião do GT de Relações Internacionais**

No dia 19 de março ocorrerá, em Porto Alegre, uma avaliação do V FSM, no Fórum Gaúcho de Economia Solidária, com a participação do GT de Relações Internacionais do FBES.

Aproveitando "o embalo", ocorrerá no dia 20 de março, ainda em Porto Alegre, uma reunião do GT de Relações Internacionais do FBES para discutir papel do GT RI, encaminhamentos Brasil/França, mapeamento das relações internacionais de cada entidade do GT e planejamento para 2005.

## ▶ **Encontro do GT de Políticas Públicas**

*Data:* 23 e 24 de março

*Local:* Brasília/DF

## ▶ **Encontro do GT de Produção, Comercialização e Consumo**

*Data:* 03 e 04 de abril

*Local:* Brasília/DF

## ▶ **Seminário do Mapeamento: Encontro do GT de Mapeamento com as Coordenações Estaduais de Mapeamento**

*Data:* 31 de março e 01 de abril

*Local:* Brasília/DF

## ▶ **Seminário sobre Monitoramento em Direitos Humanos**

Está marcado o Seminário sobre Monitoramento em Direitos Humanos em Goiânia, nos dias 04 a 06 de abril. Para receber detalhes da programação e demonstrar interesse em participar, basta entrar em contato com:

\* Enéias de Souza - fian.br@terra.com.br - fone: (62) 2294611

\* Daniel Rech ou William de Oliveira - drech@uol.com.br - fones: (85) 32735059 ou 99960982

## Homenagem

A MULHER. A MULHER. A MULHER. A MULHER. A MULHER

"É como se todas as vozes que por muito tempo se calaram entrassem em perfeita sintonia para cantar uma canção antiga que vem ascender o fogo dentro das nossas memórias mais profundas, lembrando quem realmente somos."

A MULHER. A MULHER. A MULHER. A MULHER. A MULHER

por: verdeescola ([amazonia@verdeescola.com.br](mailto:amazonia@verdeescola.com.br))